

Limites e perspectivas da ciência social histórica*

Historical social science: limits and prospects

Thomas Welskopp

Professor
Universidade de Bielefeld
thomas.welskopp@uni-bielefeld.de
Universität Bielefeld, Postfach 10 01 31
33501 Bielefeld
Alemanha

Resumo

Este artigo apresenta um balanço de uma das mais conhecidas correntes historiográficas alemãs contemporâneas, a saber, a *ciência social histórica*. À luz da crítica lançada à história social por parte de autores que se filiam a outras tradições historiográficas, tais como a nova história cultural, a micro-história e a história do cotidiano, o autor procura aprofundar a capacidade de autocrítica da tradição da *ciência social histórica* por meio de uma reflexão sobre os seus limites e as suas potencialidades. A sua proposta consiste em uma reformulação dos pressupostos básicos da história social, sendo sintetizada pelo rótulo *ciência histórica da sociedade*.

Palavras-chave

Historiografia alemã; Historiografia do século XX; Teoria da história.

14

Abstract

This article analyzes the history and the theoretical underpinnings of one of the most well-known German contemporary historiographical traditions, namely, the *historical social science*. Departing from the criticism leveled at social history from historians hailing from new cultural history, micro-history and the history of everyday-life, the author attempts to deepen the capacity of historical social science for self-reflection by means of a survey of its limits and future perspectives. His proposed reconstruction of many of social history's theoretical and methodological presuppositions is synthesized by the term *historical science of society*.

Keywords

German historiography; 20th Century historiography; Historical theory.

Enviado em: 18/03/2011

Autor convidado

* Título original: "Die Sozialgeschichte der Väter. Grenzen und Perspektiven der Historischen Sozialwissenschaft". *Geschichte und Gesellschaft*, 24, 1998, p. 173-198. Tradução: Arthur Assis.

Escrever a história da moderna história social alemã seria, com certeza, um projeto altamente empolgante. Mesmo uma leitura superficial dos argumentos em favor de uma reorientação metodológica da história na direção de uma *ciência social histórica* (*historische Sozialwissenschaft*) já transmite uma boa impressão do élan vibrante, da avultada autoconsciência e do inspirador otimismo com o progresso que caracterizaram aquele tempo de mudanças do começo dos anos 1970 em diante. Em face do cinismo pós-moderno, hoje largamente cultivado, que apenas reconhece como válidos os critérios da estetização e da experiência individual, pode-se ter até um assomo de inveja intelectual. Em todo caso, hoje não vivenciamos, nem perto nem de longe, tantas transformações quanto as que foram vivenciadas naquela época (cf. WEHLER 1979; KOCKA 1975).

As gerações posteriores de historiadores, entretanto, não quererão cair abaixo dos padrões então desenvolvidos. Foi, por exemplo, a moderna história social que primeiro importou, para o campo da história, o procedimento da autodescrição social. Desmoronou, com isso, a doutrina, até então inquestionada, de que a política seria regida por uma lógica própria e de que, por isso, predominaria em relação aos demais âmbitos da vida social. Desde então, processos sociais podem ser explicados à luz de condições econômicas, e constelações e transformações políticas podem ser relacionadas com interesses formados na esfera social (cf. MERGEL; WELSKOPP 1997, p. 12 et seq.). O olhar para os conflitos fundamentais da sociedade e para as suas consequências políticas possibilitou a emergência da crítica. A função da história tendeu então a se deslocar da tarefa legitimadora da fixação de identidades para a da produção de um diagnóstico crítico e histórico da sociedade, ao qual se liga uma pretensão político-pedagógica (WEHLER 1980, pp. 12-13).

Uma vez que, no plano do discurso, a crítica histórica da sociedade pressupõe a existência de normas que sejam intercomunicáveis, tal reorientação resultou em uma abertura para certos sistemas teóricos de proposições (cf. MOOSER 1990). A *ciência social histórica* insiste em trazer para o debate modelos explicativos provenientes da teoria social. O seu ponto de fuga foi e é antes a generalização do que a concentração no que é particular. Pois apenas quando se colocam os fenômenos históricos dentro de quadros de referências generalizáveis é que se os pode identificar como exemplares característicos de um padrão mais geral ou como anomalias deste. Fenômenos históricos apenas são *explicáveis* mediante um recorte teórico, isto é, quando colocados no contexto de um conhecimento sistemático acerca das regras sociais, conhecimento que ajuda a sondar e a medir o impacto da contingência. Tais *sondas teóricas* permitem determinar a posição de um fenômeno histórico em um campo em cujos polos se encontram contingência e determinação absolutas. Estabelecer tal posição conduz a um imenso progresso em relação a uma tradição historiográfica alemã que ainda hoje está profundamente enraizada e que se caracteriza menos pelo historicismo do que pela sua aversão irracional a teorias. O procedimento genético-individualizante, que lhe é caro, é incapaz de diferenciar

entre a necessidade e o acaso. Ou explica o processo histórico como algo completamente aberto, ou o apresenta retrospectivamente como uma completa inevitabilidade do destino (cf. HAUSSMANN 1991, p. 301 et seq.).

A abertura da moderna história social para o uso de teorias preparou o terreno para o recurso a comparações elaboradas. Os procedimentos comparativos tencionam fornecer uma orientação teórica mais precisa do que aquela que se obtém dos estudos de caso. Eles contribuem assim para a formação dos conceitos, uma vez que remetem estes a diferentes realidades históricas. A comparação orientada teoricamente é um ato construtivo, que se relaciona, diretamente, com procedimentos de seleção, de diferenciação e com associações de ideias apenas realizáveis no nível conceitual (WELSKOPP 1995). Por isso, os historiadores da cultura, quando enfatizam o caráter construtivista de toda história, apoiando-se em argumentos da virada línguística, nada dizem de novo aos historiadores sociais. Do ponto de vista do aparato teórico, a relação entre a interpretação teoricamente orientada e aquilo que se designa de *realidade histórica* teria que ser determinada de maneira ainda mais precisa e plausível no caso da história social do que no contexto típico da história cultural. A história social dispõe de conceitos para designar o intervalo entre a interpretação e a *realidade histórica*. Com isso, ela movimenta-se dentro do horizonte de experiências que marca a ação de todo ser humano. A relação entre o enunciado e a *realidade histórica* é muito mais complicada do que os historiadores sociais tendem a admitir, mas, ainda assim, o próprio reconhecimento de que existe uma tal realidade já proporciona base para que se possa determinar as possibilidades e os limites da exploração interpretativa dessa mesma realidade.¹ A pesquisa histórica constrói ficções do factual precisamente porque se ocupa de realidades que são acessíveis apenas mediante construções retrospectivas.

A história cultural abdica de tal determinação, uma vez que reduz teoria e realidade a linguagem. Tal situação leva-a a absolutizar o *discurso*, a colocá-lo no lugar da *realidade* social, enfim, a reificá-lo e a lançá-lo contra a percepção dos sujeitos do passado. Mas os discursos não se originam nem se modificam sem o contexto social dos atores que o mantêm. A história social possui um interesse completamente justificado na *vivência* (*Lebendigkeit*) dos sujeitos históricos, na sua integridade como atores sociais capazes de agir.

O debate teórico estimulou uma clara elevação do nível da autorreflexão metódica. Desde os anos 1970, a maioria dos debates teórico-metodológicos na ciência histórica alemã ocorreu no contexto da moderna história social ou acabaram por envolvê-la. Acredito que essa prontidão da história social para tomar parte na discussão metodológica representa um considerável avanço.

¹ A pressuposição de que existe uma realidade e de que ela pode, em princípio, ser explorada interpretativamente não implica a suposição de que atingir cognitivamente tal realidade seja algo pouco problemático. Quanto a esse ponto, aliás, verifica-se uma convergência entre a história social e a história do cotidiano (*Alltagsgeschichte*). Há algum tempo, esta vem desenvolvendo interessantes autorreflexões que têm resultado em uma crescente capacidade de autocrítica. Cf., por exemplo, SIEDER 1991, p. 112; SARASIN 1996.

Lendo-se os manifestos dos anos 1970, percebe-se que a *ciência social histórica* era apresentada como algo que guardava um enorme potencial de desenvolvimento e um grande ímpeto para a mudança. Tratava-se de promessas que, entretanto, foram cupridas apenas parcialmente. No âmbito da empiria, ocorreu, nas últimas duas décadas, uma certa concentração em determinados gêneros: análises quantitativas de estratificação e de mobilidade sociais; estudos de movimentos de trabalhadores em localidades particulares; estudos sobre associações; história geral dos trabalhadores no sentido do *paradigma da formação da classe*; e, por fim, estudos sistêmicos, sobretudo, sobre o império alemão, realizados no contexto da discussão acerca da *trajetória especial* da Alemanha (*deutscher Sonderweg*). Parece-me que, de maneira geral, tais gêneros perfazem o núcleo empírico da *ciência social histórica*, tal como tinha sido inicialmente estabelecida na Alemanha. Desde a década de 1980, entretanto, tal núcleo tem sido dinamitado, ironicamente, pelas pesquisas sobre a história da burguesia. Obviamente, a capacidade de elaboração interna da *ciência social histórica* não conseguia compensar a sua própria força centrífuga. Por conseguinte, a ampliação metódica e temática acabou por representar, antes de tudo, uma mera adição ou coleção de novas abordagens, as quais, muitas vezes, se encontravam em concorrência e, frequentemente, não se comunicavam entre si. A *ciência social histórica* e a *história da sociedade* (*Gesellschaftsgeschichte*) desenvolveram-se como um vasto telhado, em cuja sombra tudo parecia possível, mas que não conseguia mais realizar a integração das práticas historiográficas que sob ele se abrigavam. (cf. HETTLING 1991).

Essa parece ser a causa da imagem paradoxal que é atualmente evocada por tais termos no contexto da discussão especializada. Por um lado, insinuava-se que a história social teria a intenção de colonizar outras áreas de pesquisa. Michael Jeismann ilustrou e reclamou acintosamente de tal imagem imperialista ao empregar a metáfora da "lagartinha faminta" (JEISMANN 1995, p. N5; cf. também VIERHAUS 1995, p. 7).² Por outro lado, acusa-se a história social de abrigar um reducionismo socioeconômico e estruturalista. Essa acusação é típica daqueles críticos que, sob a etiqueta da história cultural, têm em vista excluir a história social da zona principal da disciplina histórica, em vez de integrá-la na direção dos fenômenos culturais (cf. DANIEL 1993; DANIEL 1994; VIERHAUS 1995, pp. 8-9). O resultado de tais críticas é que, hoje em dia, não é mais tão frequente pensar na história social como um modo particularmente abrangente e brilhante de se acessar a história das sociedades modernas. Percebe-se, antes, a história social como uma abordagem limitada, determinista e marcada pelo uso de estatísticas (cf. VIERHAUS 1995, p. 8 et seq.). Apesar de atacarem aspectos distintos, ambas posições acima sumariadas apontam para problemas, realmente existentes na *ciência social histórica*: a redução da sua

² NT: o termo *lagartinha faminta* remete ao livro infantil *The very hungry caterpillar*, publicado por Eric Carle, em 1969.

força de integração teórica e a diminuição da luminosidade da sua perspectiva. No futuro, a atratividade do campo dependerá da sua disposição para reconquistar ativamente tal força de integração e da sua habilidade para formular boas respostas aos questionamentos históricos do presente e do futuro.

É fato que, já há um bom tempo, regrediu na história social a tendência para a autorreflexão teórico-metodológica, outrora, tão positivamente enfatizada. A história social nunca mais voltou a ser tão combativa, tão imaginativa e tão aberta para o diálogo interdisciplinar, quanto o fora na sua fase de *underdog*, quando lutava para se estabelecer contra o *mainstream* ateuórico da história política. Já nos anos 1980, podia-se falar do monopólio interpretativo da história social em relação a determinados setores da história alemã. A história social tentava defender-se da ameaça da *história do cotidiano*, mas falhava pelo menos no que diz respeito a um aspecto. Ela evitava refletir sobre os problemas metodológicos realmente existentes por detrás das posições ocasionalmente mal formuladas e teoricamente discutíveis de muitos dos seus adeptos. Em vez disso, os historiadores sociais contentaram-se em declararem-se vencedores da discussão, simplesmente alegando serem pobres os argumentos dos opositores e procurando desviar a outra posição para um pequeno nicho disciplinar (cf. KOCKA 1994).

Descontada essa fragilidade, entretanto, a história social transformou-se, talvez irreversivelmente, em um paradigma dominante e hegemônico no contexto das subáreas da história. Tornou-se, entretanto, clara a forma como ela marginaliza certos temas e determinadas abordagens metódicas. Por mais que se afirme que sob o teto da história social tudo é possível, é patente que os seus padrões teóricos e as suas *meta-narrativas* pouco se alteraram (cf. KOCKA 1996; KAEUBLE 1999). Até agora, a expansão, de dentro para fora, da *ciência social histórica* tem-se revelado, portanto, difícil. Talvez isso também ajude a entender a veemência com que a *história cultural* polemiza contra a história social (cf. SIEDER 1994).

As razões, contudo, para a perda do élan teórico da história social não se ligam apenas ao fato de ter sido desafiada pela história cultural, ou à tendência geral para se ensimesmar em nichos disciplinares, ou mesmo ao desaparecimento de antagonistas como a história social de inspiração marxista-leninista, modelo que era dominante na historiografia da antiga Alemanha Oriental. Para além de tudo isso, eu enxergo na arquitetura teórica e metodológica da *ciência social histórica* diversos erros fundamentais que limitam sensivelmente as suas possibilidades de expansão. Tais erros conduzem a autorreflexão dos historiadores sociais a aporias de fundamentação. Por isso, eles tendem a adotar, no debate historiográfico, uma atitude melindrosa, que é marcada antes por gestos defensivos do que pelo aprofundamento da autorreflexão.³ Na discussão

³ Kocka felicita-se, até mesmo, com o fato de certas abordagens teóricas pós-modernas, originárias do espaço linguístico anglo-saxão, não terem encontrado grande recepção na ciência histórica alemã.

atual circulam, de tempos em tempos, até mesmo concepções abertamente reducionistas. Afirma-se que o debate teórico não deve ultrapassar certos limites, que quando se usa o aparato metódico convencional pelo menos já se sabe o que se tem nas mãos. Argumenta-se que seria preferível que a *lagartinha faminta* simplesmente se metamorfoseasse em uma mariposa capaz de realizar seguros voos noturnos em vez de se transformar em uma bela borboleta *culturalista*, que brilha garridamente, apesar de flutuar sem rumo de flor em flor (cf. WEHLER 1997, pp. 353-354, pp. 360-361). Contra as novas pretensões de reorientação teórica e de expansão metódica lançam-se, portanto, desta feita, argumentos que são muito parecidos com aqueles que antes tinham sido utilizados pela história política convencional para fazer face ao pendor para a experimentação e às ambições dos então jovens historiadores sociais.

A seguir, gostaria de apresentar brevemente alguns dos problemas teóricos fundamentais da *ciência social histórica* para, em seguida, delinear algumas metas que lhe podem servir de orientação futura.

1. Ninguém mais rebate a acusação, apresentada desde a afirmação da *história do cotidiano*, de que a história social seria estruturalista (cf. WEHLER 1996, p. 46; KOCKA 1994, p. 38; HARDTWIG; WEHLER, 1996). Tal propensão para o estruturalismo pode ser entendida, à luz da história da própria disciplina histórica, como uma reação extremada ao postulado intencionalista da individualidade, que era caro ao historicismo. Não há dúvida de que, para a análise das sociedades modernas e do seu processo de industrialização, faziam falta categorias com as quais se pudesse captar contextos supraindividuais e ações coletivas. A busca pela *explicação (Erklärung)* histórica favoreceu uma tal orientação estruturalista, pois nesta está contida uma arquitetura causal. O pressuposto aqui é o de que processos e ações históricas apenas podem ser explicados pela remissão analítica às condições estruturais do agir. Com isso, removem-se, todavia, em certo sentido, estrutura e processo da *práxis* dos atores contemporâneos. Reificam-se assim estruturas e processos como elos de uma lógica funcional que faz as pessoas do passado emergirem como marionetes.

Diante disso, os opositores da história social invocaram o direito histórico do sujeito individual. Chegou-se, entretanto, a mal-entendidos quase especulares. Contrariamente ao que os historiadores culturais costumam pensar, a *cultura* ou o *discurso* não são o refúgio da *agência (agency)*, não se situam defronte dos bastidores sinistros das estruturas. *Agência* também não é o mesmo que inconformismo, resistência diante da coerção sistêmica. Da mesma maneira, *cultura*, embora aponte para o aspecto qualitativo da *práxis*, não necessariamente corresponde àquilo que é especial ou que possui dignidade própria.⁴

Considera-se que seria muito mais produtivo que tais teorias obtivessem uma recepção isenta de preconceitos e que fossem confrontadas criticamente. Apenas assim se poderia fazer valer realmente o critério do melhor argumento (KOCKA 1994, p. 38).

⁴ Tais conotações são exatamente as que se encontram, com uma clareza reveladora, nos principais

Além disso, *cultura* está longe de ser sinônimo de *experiência*. *Cultura* sempre guarda uma dimensão estrutural. É, contudo, justificada a demanda de que os processos históricos sejam visualizados não só como movimentos mecânicos, mas também como resultantes da ação de muitas pessoas. Mas, com efeito, quanto a esse ponto, a crítica apresentada pela história cultural não é profunda o suficiente. A própria imagem da estrutura *dura* e do processo *supraindividual*, que ainda predomina – e até mesmo na história social –, não é plausível do ponto de vista sociológico, uma vez que se encontra distante da experiência. A história social não padece apenas de um deficiente conceito de *ação*, o qual, basicamente, não está muito longe do intencionalismo dos seus precursores historicistas. Padece também de uma debilidade conceitual que atinge o seu próprio âmago teórico. Na história social, *estrutura* é tida como um molde analítico confeccionado pelo pesquisador.⁵ No entanto, é difícil identificar tal molde com os padrões de relação que orientam as ações historicamente existentes. As estruturas apenas se manifestam em meio ao agir dos contemporâneos. Por isso, não é suficiente a definição que equipara *estrutura* a *comportamento regular*. É essencial retroceder, do padrão de ação observado, à circunstância em que e à maneira como o ator efetivamente recorre a tal padrão. Caso aceite esse argumento, torna-se necessário desenvolver um conceito de estrutura que reinstale a estrutura no sujeito agente. Desse modo, estrutura não é mais somente uma condição do agir, passando a englobar também as consequências da ação, a condução da ação, o saber que orienta a ação, bem como a interpretação do ambiente da ação. Se se quer falar de estruturas de uma maneira plausível, deve-se demonstrar como elas operam – sob a forma de regras da ação, ferramentas de poder e recursos interpretativos – através da consciência dos atores, na execução do agir. O que se demanda não é uma simples expansão do repertório estruturalista atualmente existente por meio de um mero acréscimo da categoria de experiência, mas, antes, uma reconstrução da própria categoria de estrutura (cf. WELSKOPP 1997; MERGEL 1996, pp. 57-58 e 69). Com isso, a história social faria muito mais do que se render a uma simples moda. Ela refinaria *explicações estruturais*, filtrando-as com o auxílio de padrões de interação obtidos empiricamente.⁶

2. Nesse sentido, e diferentemente do que costuma acontecer no âmbito do conjunto das metáforas frequentemente empregadas pela história social,

discursos em favor de uma *história cultural*. Neles, o apelo pela revalorização dos sujeitos agentes é frequentemente combinado com um elevado interesse pelo *não linear*, pelo *múltiplo*, pelo *especial*, pelo *individual*, pelo *insubordinado* e também pelo *acidental*. Trata-se, no fundo, de uma visão moralizante que, por sua vez, parte implicitamente de um conceito particularmente rígido de *estruturas* e de *processos*. Cf. DANIEL 1994, p. 58; VIERHAUS 1995, pp. 11-12 e 18. Cf. também a crítica justa apresentada por SARASIN 1996, p. 74.

⁵ O conceito de estrutura utilizado na história social raramente foi desenvolvido de forma explícita. Uma definição marcante é, com certeza, a de Reinhart Koselleck. Cf. KOSELLECK 1984.

⁶ Essa é uma demanda justa daquela variante da micro-história cujo programa eleva-se para além do mero estudo de contextos particulares e que enfatiza a relação entre o contexto particular e os nexos sociais mais gerais. Cf. SARASIN 1996, p. 73; SIEDER 1991. Aqui, há largos pontos de contato entre uma vertente da história social que se deixou expandir pela abordagem micro-histórica e uma vertente da micro-história que leva a sério a sua conexão com temas sociais gerais.

estrutura também não significa um *espaço avesso à hermenêutica* (*hermeneutikfreier Raum*). Se as estruturas são modalidades e meios da ação humana, elas possuem então uma dimensão hermenêutica própria, pois só podem ser compreendidas mediante esquemas de interpretação e de experiência desenvolvidos pelos próprios agentes pretéritos. E, por outro lado, *agência* não é um nicho isento de estruturas onde se aninha a ação individual, ação esta que, por sua vez, seria captada por meio do arsenal analítico historicista. O termo *ação* é frequentemente associado a irregularidades, à fugacidade e à contingência. É, assim, anteposto à suposta estabilidade da estrutura.⁷ Se, entretanto, são registradas, reproduzidas e modificadas apenas as interações concretas dos atores nas quais se originam as estruturas, então se torna necessária, do ponto de vista metódico, uma concepção sociológica de ação social, por exemplo, como as de Max Weber ou as de Anthony Giddens (cf. GIDDENS 1984; GIDDENS 1988). Mas a revalorização dos agentes também não é um fim em si mesmo, e sim um pressuposto necessário para a modificação do conceito de estrutura.

3. Pois se se aceita que as estruturas só se manifestam nas interações dos atores de uma época, então se coloca, de modo novo e mais incisivo, a questão da sua emergência e da sua transformação em grandes contextos. Parece estranho, mas a moderna história social ainda não desenvolveu um conceito viável de ação coletiva. Além disso, ela não possui um instrumentário conceitual adequado para perspectivar os fenômenos enquanto articulações de ações que, embora sejam desempenhadas por coletivos institucionalizados – por exemplo, em organizações, em repartições públicas e em empresas –, são diferentes das ações coletivas praticadas em contextos como os de protestos e de conflitos. A história dos trabalhadores examinada através do *paradigma da formação da classe operária* analisa, de maneira muito menos precisa, os casos normais referentes à produção rotineira das empresas capitalistas do que os casos excepcionais de conflitos coletivos de classe (cf. MINSEN 1992, KOTTHOFF; REINDL 1990 e KÜPPER; ORTMANN 1992). Esses últimos casos não são melhor analisados mediante categorias como *homogeneização cultural* ou *ajustamento da consciência* do que à luz do marxismo *clássico* de matriz idealista. Podia-se aprender já com Max Weber que tais processos de organização e de formação de conflitos coletivos são fenômenos complexos de formação de pequenas comunidades primárias, as quais se interconectam e se conjugam através de processos de socialização. Uma consistente análise sócio-histórica de fenômenos coletivos pressupõe a consideração de que os processos de formação de grupos são mais do que simples produtos da consciência ou do que meros resultados de processos de aprendizagem. Para além disso, a formação de grupos deve ser reconstruída de maneira sociológica como *história da socialização* (cf. WELSKOPP 1997, pp. 57-58; VIERHAUS 1995, p. 23).

⁷ Esse argumento é repetido por Kocka (KOCKA 1986, p. 85), que associa a um “conservadorismo irritante” o argumento de Werner Conze pela reconstrução de nexos estruturais “mais próximos à experiência”.

4. Tudo isso está ligado ao fato de que a moderna história social sempre concebeu as instituições como blocos monolíticos. Tal tendência remete a um fundamento da *ciência social histórica*. Enquanto esta orientou a sua análise para o âmbito (pouco institucionalizado) do *social*, o âmbito do *econômico* permaneceu tão pouco explorado quanto o âmbito do *político*. Não raro, os processos econômicos foram vestidos com uma retórica nomotética. O que se faz necessário é uma história *social* da esfera econômica, algo que fosse similar à já existente história social do *social*. A formação de instituições e a ação institucional também são temas relevantes para a moderna economia. Recorrendo-se a Weber, poder-se-ia escrever a história da ascensão do capitalismo como a história do desenvolvimento da empresa moderna, isto é, de processos internos de negociação e de exercício de poder, de percepções de mercado (que são frequentemente distorcidas, mas permanecem ainda assim capazes de orientar a ação) e da cultura empresarial moderna (cf. WELSKOPP 1996; WELSKOPP; LAUSCHKE 1994).⁸ No âmbito do *político*, as coisas são, ao mesmo tempo, semelhantes e diferentes. Aqui se encontram, lado a lado, formas bastante convencionais de análise histórica e profundas análises sócio-históricas de associações e estados. Assim como na esfera econômica, o que é imperativo aqui é uma *sociologização* da política. A sempre vindicada *nova história política* pode ser apenas uma *história social da política*, uma história que dê visibilidade ao *processo político como um processo social*. Temas como cultura política, as relações entre as organizações e as suas bases, bem como a dinâmica interna das organizações são excelentes pontos de partida para uma tal renovação da história política. Até agora, a história social tem sido predominantemente uma história do *social* que, em essência, é determinada por processos econômicos e que, em grande medida, determina processos políticos. É importante, todavia, reconstruir as interações entre os campos econômico, social e político enquanto processos sociais que decorrem de campos de ação institucionalizados, os quais, em conjunto, podem ser considerados como esferas de socialização interna no sentido weberiano do termo (WELSKOPP 1994). Tão importante quanto analisar a influência de condicionantes restritivos – que são formados no âmbito das relações sociais, da economia e dos interesses organizados – sobre a tomada de decisões políticas é conceber a política como mais do que um mero resíduo daqueles condicionamentos. Estes condicionamentos pertencem, eles próprios, ao cerne da política, e o âmbito político, enquanto campo de ação, sempre possui um peso próprio, pois nele se formam padrões de interações sociais específicos tal como ocorre em outras esferas.

5. Uma história da socialização, no sentido acima especificado, é genuinamente uma história das relações sociais. Só se pode superar a dicotomia

⁸ A antropologia da cultura também desenvolveu uma perspectiva fecunda para o estudo desse tema. Cf., por exemplo, HERGESELL 1994.

entre ação e estrutura quando se confere a ambas as categorias um caráter relacional. Assim, as estruturas são articulações de relações sociais relativamente duráveis, que estão equipadas com recursos de poder, de interpretação e de normatização. Uma tal virada relacional na formação dos conceitos da história social pode resolver o embaraçoso dilema que consiste no conflito entre os focos micro e macro da história. A história social condenou, precipitadamente, como idílico o argumento da *micro-história* de que a história seria aquilo que fazem os seres humanos. Quando se assume que a história é o resultado da *práxis* humana, parece pouco plausível que exista, para além desse nível micro das ações subjetivas, uma dimensão macro de desenvolvimentos históricos, realmente importantes. Fazer macro-história, portanto, nada mais seria senão identificar os contextos de interação que tiveram uma importância social especial. O poder de impacto de tais contextos poderia, então, ser reconstruído através de uma rede de microrrelações hierárquicas.

Motivada politicamente por um impulso anti-institucional, a *micro-história*, por sua vez, furtou-se a abordar os contextos sociais. Ou melhor, ela negou a importância de tais contextos, de modo a dar primazia à apropriação de tais contextos pela *gente miúda*, pelos oprimidos. Do ponto de vista metódico, a *micro-história* escorou-se amiúde na mera descrição de coisas demasiado prosaicas, aliás evocando – injustamente – a noção de *descrição densa* de Clifford Geertz para justificar uma mera limitação positivista a detalhes insignificantes e a opção (também positivista) pela emulação da linguagem das fontes. Essa tendência não é, todavia, obrigatória, e o encastelamento autossuficiente, nos microcontextos, nem foi, nem é inerente à *micro-história*.⁹ Existe um grande campo de convergência dentro do qual se pode expandir a história social pelo influxo da *micro-história*, assim como alargar a *micro-história* pelo influxo da teoria social. Pois é exatamente do reconhecimento do fato de que fenômenos históricos sempre se passam no âmbito dos atores concretos que decorre a exigente tarefa de reconstruir a interconexão e a hierarquização dos microcontextos em grandes contextos de interação socialmente relevantes.

6. Se as estruturas sempre são vitalizadas, habitadas e moldadas por atores históricos concretos, e se a *práxis* destes é incompreensível sem o recurso aos próprios padrões de percepção e de interpretação que lhes eram caros, então, para uma reconstrução substancial de processos complexos de socialização, é necessário aceitar a riqueza das facetas e das características das identidades históricas. Essa conclusão abrange, em primeiro lugar, sujeitos coletivos, que surgem não da redução de identidades concorrentes a um único e exclusivo senso de pertença a um grupo, mas frequentemente, de arranjos artificiais envolvendo diferentes identidades parciais. Tais arranjos dependem da disponibilidade de recursos coletivos específicos e também de habilidades sociais. O conceito sócio-histórico de *classe*, tal como articulado pela *história da formação*

⁹ Sobre o tema, cf. a discussão autocrítica de SARASIN 1996.

da classe, tem se revelado deficitário, uma vez que se volta muito mais para a classificação de processos de formação de grupos *dentro* da classe trabalhadora do que para a sondagem dos campos de ação que decorrem da existência de *relações de classe – relações entre membros de classes distintas*. A ação coletiva relacionada a organizações e a conflitos deve ser remetida, para efeito de análise, a um nível de generalização que é inferior ao da relação de classe. É irrealista enxergar a existência de *classes* apenas onde haja conflito, ou onde existam organizações que façam uso, elas próprias, da retórica da classe. Tal estratégia conceitual estreita e bloqueia a categoria fundamental – e inabdicável – de *diferença social*, que permanece sendo o melhor catalisador da análise social (cf. WELSKOPP 1994). Em segundo lugar, o caráter relacional da categoria de estrutura permite que sejam reconstruídos os arranjos complexos e mutáveis entre identidades individuais e coletivas. Com isso, libertar-se-ia, efetivamente, a categoria de *gênero*, que hoje se encontra isolada no gueto de uma área especial da historiografia, e que poderia ser revalorizada de modo a se tornar um aspecto conceitual presente em toda história atinente a relações sociais (cf. BUDDE 1997; FREVERT 1993; FREVERT 1991; BOCK 1988). Os social-democratas das primeiras gerações, por exemplo, lograram fazerem-se passar por um movimento classista combativo e honrado exatamente porque se compreendiam a si próprios, expressamente, como *homens* e não apesar disso. As relações de classe e de gênero e as identidades confessionais, étnicas ou nacionais não necessariamente competem umas com as outras. Via de regra, elas constituem *tijolos* complementares que são empregados nas construções identitárias e, por vezes, estão tão bem assentados uns nos outros que se tornam difíceis de perceber.

7. A história social é corresponsável pela infeliz dicotomização dos conceitos de *sociedade* e *cultura*, ainda que valha a pena lembrar que ambos os conceitos estão longe de ter o mesmo significado. Na concepção de sociedade que marca a história social, a *cultura* possui meramente o valor de um complexo institucional cristalizado com conteúdos culturais. Nessa acepção, *cultura* fica fora da economia e da política, sendo, portanto, irrelevante para uma história social da política (cf. KOCKA 1977, p. 107). Em contrapartida, os historiadores culturais insistiram que as interpretações culturais e as suas formas linguístico-discursivas de mediação eram capazes de construir a realidade. Os padrões culturais suspenderiam¹⁰ as relações sociais e, por isso, essas relações poderiam ser descortinadas mediante a análise daqueles pontos de convergência semânticos. Dadas essas premissas, é coerente argumentar que, para a designação dos grandes contextos sociais, dever-se-ia abrir mão do conceito *mecanicista* de sociedade, que seria substituído pelo conceito de *cultura* (cf. VIERHAUS 1995, p. 9). Mas esse argumento acaba por extrair uma conclusão aporética de uma preocupação justificada. Uma versão relacional do conceito de estrutura inclui

¹⁰ NT: o autor emprega aqui o verbo *aufheben* no sentido, consolidado pela filosofia de Hegel, de um movimento que, simultaneamente, conserva e supera os seus fatores iniciais.

os componentes interpretativos e comunicativos da ação, que estão presentes em todas as formas de interação. De fato, os pontos de convergência semânticos constituem referências orientadoras da ação das pessoas do passado. Contudo, nobilitar a *cultura* como um novo conceito-síntese é pressupor que a realidade social sempre se encontra integralmente em tais pontos de convergência. É também admitir que a alta carga simbólica de um dado fenômeno documenta automaticamente a sua privilegiada relevância social, o que, por conseguinte, autoriza a análise a negligenciar outros fenômenos que talvez estejam menos carregados de símbolos. Uma *história cultural* estabelecida nesses termos arriscaria transformar-se em uma história estreita de aglomerados semânticos e de estruturas discursivas (cf. MERGEL 1996, p. 76).

É preciso contra-argumentar que entre os condicionantes da ação sempre há elementos dos quais os atores não estão plenamente conscientes. Trata-se de elementos condicionantes que os atores *poderiam ter articulado* conscientemente, mas que *não foram articulados*, posto que codeterminavam o campo da ação de modo velado (cf. LASH 1996, p. 271 et seq.).¹¹ A *práxis* humana é orientada por esquemas de interpretação dos contextos sociais vigentes. Tais esquemas, entretanto, não possuem autonomia em relação aos mencionados contextos. Estão, antes, impregnados de experiências e são sensíveis à confrontação com as condições incomensuráveis da ação. Portanto, os adensamentos simbólicos da realidade de modo algum são o código secreto da realidade histórica. A *práxis* social sempre contém elementos simbólicos, isto é, culturais. E, em parte, formas de *práxis* cultural especializadas costumadamente desenvolvem-se em torno de sistemas simbólicos. Tal fenômeno deve ser incorporado ao quadro conceitual da moderna história social. Em contraste, seria um erro defender a tese de que *cultura* seria o mesmo que *práxis*, incluindo assim, completamente, o conceito de *sociedade*. Um conceito de sociedade que se baseie nas representações da *práxis* social permanece, portanto, sendo um conceito-síntese muito superior à contraproposta articulada em torno da noção de cultura.

8. No debate entre a história social e a história cultural, a primeira passou por enormes problemas. Na minha opinião, tal situação remonta ao fato de a reflexão sobre o *status* da teoria na história social ter sido precocemente interrompido. Tal reflexão buscou fundamentar a relevância da teoria na ciência histórica, contrapondo-se a posições marcadamente não teóricas. As suas limitações tornaram-se, contudo, evidentes quando o problema passou a ser a concorrência entre teorias e a avaliação de diferentes abordagens teóricas. Com a abertura para as ciências sociais ditas *sistemáticas*, a história social procurou

¹¹ Anthony Giddens diferenciou um *saber que* discursivo – conhecimento da estrutura – de um *saber como* largamente não discursivo. O conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu também contém componentes de uma autocompreensão não discursiva, o que se depreende da descrição da orientação do agir através da distinção.

ganhar um aliado para o debate interno da área de história. Vejo, todavia, na sua autoestilização enquanto uma *ciência social histórica* também uma tentativa de imunizar o âmbito *propriamente histórico* da história em face da possibilidade de uma penetração drástica das teorias. O apelo a um mero *uso instrumental da teoria* representa *também* uma concessão tácita ao positivismo tradicional. É óbvio que o uso de teorias não é um fim em si mesmo. Mas, a demanda por um *uso instrumental da teoria* implica, sim, em uma diferenciação nítida entre *teoria* e *história*. Significa, ademais, que a aplicação de teorias viabiliza uma forma de representação que, embora seja orientada teoricamente, não é estruturada nem permeada por elementos teóricos; isto é, que em última análise, a escolha e o modo de emprego das teorias ou fica sem efeito, ou, quando muito, permanece sob o controle da *representação histórica*. Tal argumento é duvidoso e terminou por acarretar um cancelamento prematuro da reflexão teórica no trabalho histórico.

Toda essa discussão deixa de lado a conhecida análise de Max Weber acerca do uso de teorias nas ciências sociais. Weber ressalta que elementos interpretativos de natureza teórica sempre estão presentes no próprio processo de pesquisa e que tal processo se assemelha a uma espécie de lapidação, que compreende tanto a exploração da empiria quanto a diferenciação e a modificação do arsenal conceitual. Ao final desse processo – e a conclusão sempre possui um forte teor de aleatoriedade –, tem-se tanto uma explicação plausível, modelada teoricamente, de um fenômeno histórico quanto um certo espectro de inferências teóricas. Apenas estas é que formam o substrato generalizável de uma ciência histórica que pretenda fazer afirmações que sejam válidas para além dos contextos históricos particulares aos quais se referem (cf. WELSKOPP 1995, p. 365 et seq.). Os *constructos teóricos* da história têm, pois, de se tornar, eles próprios, parte do processo de pesquisa. Essa reivindicação, a propósito, não é nada revolucionária, mas tão somente uma tentativa de resgatar o programa original da *ciência social histórica*. Pode-se, por exemplo, ler o seguinte em um texto de Hans-Ulrich Wehler, datado de 1979.

Ao longo do trabalho, modificam-se abordagens teóricas. Hipóteses e fontes entram em interação, alterando-se mutuamente. No fundo, a meta é a própria construção teórica do historiador. Ou seja, o desenvolvimento daquilo que chamamos teorias históricas, que são limitadas espacial e temporalmente, mas que, não obstante, também contêm elementos gerais o suficiente (como, por exemplo, o condicionamento das classes pelo mercado no contexto das sociedades do capitalismo industrial) para possibilitar, para ampliar e para reclamar a comparação (WEHLER, 1979-b).

Seria até aceitável falar em *uso instrumental de teorias* para indicar o compromisso com garantias de plausibilidade por meio de informações provenientes das fontes, bem como com a modificação das categorias – um antídoto para aquelas situações em que o excessivo torneamento teórico conduz

ao hermetismo. Mas, muito frequentemente, tal fórmula tem servido para bloquear a crítica ao emprego de instrumentais teóricos específicos e para fundamentar a hesitação quanto a ir do nível do concreto – o qual, sabidamente, apenas pode ser explorado mediante o emprego de teorias – para o nível do abstrato.

9. Isso acontece, sobretudo, no caso da fixação da *ciência social histórica* nas teorias da modernização. Pode-se até mesmo dizer que foi a crescente e irracional imobilidade da teoria da modernização instalada no núcleo da história social que provocou a veemência do gesto de separação deflagrado pela história cultural. A constante demanda por uma *flexibilização* não é, por si só, capaz anular o caráter linear, hierarquizante e temporalizador da teoria da modernização, porque somente o camufla. Mesmo nas suas variantes mais flexíveis, a teoria da modernização reduz a explicação da mudança social às interdependências existentes entre umas poucas variáveis, as quais não são reconstruídas categorialmente enquanto uma constelação fixa, uma vez que são colocadas evolutivamente na duração, ficando assim subordinadas ao fator tempo. Com isso, noções centrais, como a da relação entre economia de mercado e democracia, não são precisadas mediante uma conceptualização teórica. São, sim, apresentadas por meio de referências à sua realização (supostamente) exemplar em um determinado contexto histórico. Disso resulta uma redução na pluralidade das características das experiências sob análise e a dicotomia entre a *norma* e o *desvio* e entre o *moderno* e o *tradicional* (WEHLER 1975, p. 14). O termo *sociedade moderna* pode, entretanto, comportar as mais divergentes características. Muitos elementos classificados antagonicamente pela teoria da modernização como *modernos* e *tradicionalistas* estão, na verdade, muito mais próximos uns dos outros do que tal distinção conceitual faz parecer. Além disso, tem-se revelado problemática a pretensão da teoria da modernização de ser duas coisas ao mesmo tempo: por um lado, uma teoria que explica a mudança histórica singular que resultou na emergência das múltiplas e dinâmicas sociedades modernas; e, por outro, um quadro de referências que se presta a orientar a mudança *nas* sociedades modernas (cf. MERGEL 1997). Com isso, ela reduz as mais variadas formas de dinâmica social a um único processo linear de adaptação estrutural. Deixando-se de lado o período da emergência da sociedade moderna, ao qual se referem os conceitos da teoria da modernização e no qual a sua orientação normativa está ancorada, resta-lhe pouco mais do que uma vaga ideia das adaptações institucionais às mudanças que têm ou podem ter lugar em outros contextos. Na minha opinião, isso explica a irritação que acompanhou a aplicação do conceito de modernização ao período do nacional-socialismo (cf. FRIESE; PRINZ 1996). Em última análise, a contínua predominância da teoria da modernização na *ciência social histórica* ilustra um crescente temor desta diante do debate da teoria social. O apelo pela flexibilização da teoria da modernização tornou-se, em muitos casos, arbitrário, e vem exigindo um insidioso relativismo teórico. Por essa razão, as críticas levantadas contra a ultraflexibilização e a imobilidade da teoria da modernização não se

encontram em contradição. A fórmula da *flexibilização* possui um caráter apenas retórico, que deixa intacto o núcleo duro da teoria da modernização, na medida em que o imuniza da crítica e de conceitos concorrentes por meio de um gesto de diferenciação desprovido de substância teórica.

10. Na *ciência social histórica*, a fixação – completamente legítima do ponto de vista temático – com o debate sobre a *trajetória especial* (*Sonderweg*) acarretou um forte estreitamento teórico. Pois, há muito tempo, não se equilibra mais o interesse pelas condições sistêmicas da modernidade com o interesse pelos desenvolvimentos especialmente alemães aos quais se pode atribuir a responsabilidade pelo nacional-socialismo. Além disso, perdeu-se de vista o tema da combinação entre fatores modernos e não modernos na *trajetória especial*. Uma vez que se deixou de justificar as vantagens da teoria da modernização, todo tipo de variação alemã do modelo da modernização passou a poder ser definido como elemento da *trajetória especial*. O *status* teórico dessa trajetória permanecia, assim, em aberto, mas houve a tendência a identificá-la, na prática, com a pré-modernidade. A conexão entre a teoria da modernização e a tese da trajetória especial não conferiu à história da sociedade alemã mais substância teórica. Pelo contrário, *desteorizou-a* ao transformá-la em uma história de desvios particulares em relação a um modelo geral; de uma história de *casos excepcionais*, que no fundo permanecem remetidos a incontroláveis padrões de explicação *ad hoc*. A teoria da modernização reduziu-se a um catálogo de normas facultativas, que foram preservadas da confrontação com as realidades históricas e que perderam assim o seu ímpeto original para criticar o projeto da modernidade (cf. WEHLER 1995, pp. 461-491 e pp. 1250-1295).

A *ciência social histórica* e a *história da sociedade* revelam sintomas de velhice. Mas, já não sobrevivem como plataformas para o desenvolvimento inovador da história social. Para reverter esse quadro, é necessário, em todo caso, muito mais do que simplesmente adornar o concreto estruturalista com adereços emprestados da história cultural. Deve-se, na verdade, remover o esqueleto conceitual da história social. A supracitada *virada praxiológica*, que inclui também elementos da virada hermenêutica, não pode ser postergada e o seu componente fundamental é uma revisão do conceito de estrutura que o torne permeável à teoria da ação. Esse passo fundamental fomentaria a mediação entre micro e macro-história, a integração relacional das dimensões étnica, religiosa e de gênero, bem como uma história genuinamente social das instituições. A partir dessa base, poder-se-ia superar a teoria da modernização, encaminhando-se para uma (ainda não desenvolvida) *teoria das sociedades modernas*. A *história da sociedade* expandir-se-ia, então, em uma *história da socialização* e a ciência social histórica, em uma *ciência histórica da sociedade* (*historische Gesellschaftswissenschaft*), ganhando, com isso, uma autocompreensão teórica própria. Com base em uma tal reorientação, a história social aproveitaria ao máximo o seu patrimônio tradicional. Abrir-se-lhe-ia, assim, um futuro promissor. Tais mudanças podem ser consideradas sob os seguintes aspectos:

i. Não está datada a inclinação tradicional da história social para a sociedade moderna – conceito que engloba mais do que o capitalismo, a indústria e a democracia – como um ponto de fuga da pesquisa histórica. Agora, é importante que se procure uma nova fundamentação para tal inclinação. Na nossa época, a modernidade permanece sendo tão digna de análise quanto outrora. Tornou-se, efetivamente, muito mais complexa e muito mais contraditória do que os conceitos da teoria da modernização permitem perceber (GIDDENS 1995; GIDDENS 1997; BECK 1996). Pertence à modernidade, paralelamente ao racionalismo, também um novo romantismo e um novo misticismo; paralelamente à formação de novas coletividades, também a constituição de personalidades individuais; paralelamente à individualização e à recusa de processos de formação de comunidades (por exemplo, com base na classe social), também a evocação de comunidades virtuais, como as nacionais. Nas sociedades modernas também existe o fundamentalismo. Uma dinâmica econômica acelerada pode, com efeito, conservar elementos velhos e tradicionais de uma sociedade. Todos esses conjuntos de problemas têm que ser integrados por uma teoria substantiva das sociedades modernas.

Modernidade, ademais, não pode ser reduzida a *modernismo*. A insistência na *sociedade moderna*, como ponto de fuga, não conduz necessariamente a uma fixação com períodos mais recentes da história ou a um *eurocentrismo* metódico. Pelo contrário, emerge da dissolução das fronteiras do paradigma da modernização, da necessária rescisão da sua certeza mais bem assente: a de que existe apenas um *caso normal* de modernidade ao lado de muitas outras variantes deficitárias. É fundamental que se sensibilize para a necessidade de comparações intertemporais, que projetem também sobre casos não ocidentais, pois, somente isso permite identificar de maneira precisa o quão amplo é o espectro de formas que caracteriza a modernidade e o que realmente a diferencia *dos outros* – isto é de outras sociedades não menos complexas e não necessariamente deficitárias.¹² É preciso definir, pela primeira vez, o que constituiu o *eurocentrismo*, realmente existente nas sociedades modernas e qual o foi o seu verdadeiro poder de difusão para as outras formas de sociedade (cf. MERGEL 1996, p. 74).

ii. A história social sempre enfatizou a conexão entre economia e sociedade. Tal ênfase deve ser conservada – ainda que com base em uma expansão *praxiológica* e, portanto, também cultural. No fundo, ainda não existe uma análise *social* do capitalismo e da industrialização, assim como não existe uma reconstrução de padrões típicos de diferença social que seja marcada pela perspectiva relacional. Pode ser que, precisamente, uma *ciência histórica da sociedade* se revele bem apropriada para identificar padrões resilientes da sociedade capitalista de classes na sua complexidade cultural e para expor os

¹² Aqui, revelam-se diversos pontos de contato com a antropologia cultural, que enfatiza, de maneira prolífica, que aquilo que nos é familiar frequentemente é *mais estranho* do que aparenta ser, carecendo, portanto, de uma análise profunda. Cf. MATTHES 1992 e OSTERHAMMEL 1996.

significados desses padrões para o presente. Com isso, ela pode abrir trilhas em meio à floresta da arbitrariedade pós-moderna, em meio à *nova falta de transparência* e em meio aos muitos e unidimensionais projetos de sociedade que costumam envelhecer à medida que são recebidos e assimilados (WEHLER 1996, p. 46). Em uma época marcada pelos mais sérios processos de reestruturação socioeconômica, que se desenrolam em escala mundial, a ciência da história não pode perder de vista a questão das estruturas centrais da sociedade moderna, nem pode, com a retirada completa para o nível do simbólico, pôr em risco o seu potencial de crítica social. A crítica social, e logo também a crítica ao capitalismo contemporâneo impõem-se como uma necessidade completamente atual. Uma *ciência histórica da sociedade*, ampliada pela introdução de temas culturais e pela absorção da teoria social, poderia desmascarar boa parte da pretensão de racionalidade da economia de mercado como um mito de autoconvencimento, por exemplo, ao analisar as relações sociais nas empresas ou ao investigar a sua interpretação contraditória de questões ambientais (cf. SCRANTON 1989 e ROBERTSON; ALSTON 1992). Surgiram, recentemente, no cenário da história social estadunidense algumas abordagens bastante promissoras, que, levando em conta fatores culturais, promovem uma conexão entre a história da produção e a do consumo. Assim, esclarece-se o processo social do capitalismo de maneira muito mais apropriada do que por meio da fixação com o *industrialismo* (COHEN 1990). A pesquisa sobre o capitalismo rural também tem contribuído claramente para aprofundar a compreensão dos sistemas econômicos de recursos e de regras, precisamente em sua dimensão *cultural*. Desses pontos de vista, na Alemanha, a relação entre capitalismo e industrialização poderia ser largamente reinterpretada. Dessa maneira, a penetração dos padrões de comercialização capitalista na indústria manufatureira urbana foi um processo muito mais complexo e muito mais significativo do que permitem captar as categorias forjadas pela *Sociedade para a política social*,¹³ que foram importadas de maneira acrítica pela história social. O grande mérito das abordagens mencionadas consiste na aplicação de um instrumentário analítico proveniente da história cultural e da antropologia social a um conjunto de objetos tradicionalmente importantes para a história social, objetos esses que, na minha opinião, não perderam a sua relevância.

iii. O mesmo vale, *mutatis mutandi*, para a análise de processos políticos. Até o presente, uma história *social* dos fenômenos políticos, na sociedade moderna apenas engatinhou. Essa abordagem, todavia, deve ter um futuro promissor (cf. MONTGOMERY 1993).¹⁴ Questões a serem trabalhadas por ela envolvem, entre outras, as seguintes: o papel do Estado moderno, as consequências

¹³ NT: A *Verein für Socialpolitik* é uma associação que congrega economistas alemães. Foi fundada, em 1873, com o duplo objetivo de combater uma vertente, mais estritamente, liberal de pensamento sobre política social e de contrapor-se a uma visão demasiado radical de transformação social.

¹⁴ O quanto a história política de movimentos sociais pode lucrar com uma aproximação com a história cultural é revelado por MALLMANN 1996. Também são muito promissoras algumas novas abordagens de pesquisa eleitoral histórica, que incluem, na análise, a cultura eleitoral. Cf. KÜHNE 1994.

dos seus diversos padrões de justificação nas diferentes sociedades, os processos de transformação dos impulsos sociais na política, as formas e os efeitos dos rituais políticos, a reinvenção e o esquecimento da história como parte de uma cultura interpretativa de natureza ideológica e a política como lugar social, como campo de ação para processos específicos de formação de comunidades (cf. TACKE 1996). Está aflorando uma *história social da política*, como desdobramento da concentração na *problemática da trajetória especial alemã*. Ela pode adentrar o campo altamente interessante da fenomenologia do *político* na modernidade e pode desafiar noções tidas por não problemáticas pelo discurso da modernização, como a de *democracia*. Disso resulta uma muito bem-vinda descentralização da análise histórica da política. Também nessa *história social da política*, poder-se-ia misturar elementos provenientes tanto da história social quanto da antropologia cultural. Em meio a tudo isso, a *questão da trajetória especial alemã* permanece sendo uma problemática de análise legítima e importante – tal como se revelou no decurso do debate iniciado pelo livro de Daniel Goldhagen –, ainda que a *tese da trajetória especial*, sob muitos aspectos, tenha perdido a sua plausibilidade. Concomitantemente, desenham-se potenciais interpretativos portadores de relevância política, como, por exemplo, o relacionado ao dilema dos sistemas políticos contemporâneos, que assumem crescentes responsabilidades regulatórias, ao mesmo tempo em que perdem a sua capacidade de condução. A investigação de questões como essa promete uma orientação esclarecedora para o presente.

31

iv. Uma *ciência histórica da sociedade*, compreendida nos termos acima expostos, não se situa em uma oposição diametral em relação à história cultural. Além disso, nesse contexto, muitos dos estudos que são desenvolvidos, hoje em dia, não podem ser classificados, clara ou exclusivamente, nem como história social nem como história cultural (cf. FREVERT 1991-b; BUDDE 1994; CANNING 1992; MERGEL 1994; WEINHAUER 1994; NOLTE 1993; TACKE 1995; WELSKOPP 1994-b; BRÜGGEMEIER 1983). Do ponto de vista dos princípios, não é possível diferenciar uma história cultural que queira abordar seriamente a *práxis* social de uma história da socialização que consiga integrar interpretações culturais. Destarte, o problema da nomenclatura torna-se uma questão de menor importância (cf. PRECHT 1996). Permanece, todavia, a diferença quanto a se, na análise da *práxis* social, os elementos rituais e simbólicos são abordados e investigados enquanto formas autônomas de *práxis*, ou se o que se busca, em última análise, é fazer uma história dos símbolos e dos rituais como uma história da *práxis* social pura e simplesmente. Caso a história cultural não possa demonstrar que é capaz de oferecer respostas superiores a velhas questões, caso se rejeite a ocupar-se de tais questões com o argumento de que estão superadas, de que são *smokestack history*,¹⁵ caso recorte um único e limitado

¹⁵ NT: *Smokestack* é um termo da língua inglesa para *chaminé*. No trecho em questão, denota a ideia de algo pesado, pouco dinâmico e fora de moda.

campo de objetos e tente fazê-lo passar por um cânone temático da história universal, então não poderá fundamentar de modo legítimo a sua pretensão de *absolutividade* e de superioridade diante de uma renovada *história da socialização*. Nesse debate, a história social deve assumir uma posição ofensiva, apresentando argumentos de caráter teórico e conceitual que incorporem as novas abordagens que se encontram em desenvolvimento. De nenhuma valia será aqui se enclausurar na própria área de investigação ou assumir a postura de que *qualquer coisa serve*.

v. Na disputa pelo primado da *sociedade* ou da *cultura*, uma *ciência histórica da sociedade* orientada para o futuro tem de atualizar o seu conceito de *sociedade*, caso queira continuar a insistir em tal conceito-síntese. É preciso esclarecer que a sociedade surge dos processos de socialização de atores individuais, os quais, desde sempre, são influenciados por padrões de relação social já existentes. *Sociedade* torna-se, então, um sistema de interações completamente aberto, que compreende a totalidade das relações e das interpretações sociais dos seus membros. Mediante uma tal reorientação *praxiológica*, a história social escapa das acusações de que promoveria um reducionismo estrutural e funcionalista ou uma anonimização dos indivíduos. Ao mesmo tempo, e diferentemente do conceito integracionista de *cultura*, o conceito de sociedade associa coerência social e conflito social. Ademais, pode tomar por tema aquelas relações sociais de poder que, para além da sua inquestionável ancoragem cultural, baseiam-se simplesmente na disponibilidade assimétrica de recursos. Às categorias de *classe* e de *ambiente social* pode-se, sem problemas, integrar dimensões culturais. Disso decorre a grande vantagem de *cultura*, da *mentalidade* e *discurso* tornarem-se perceptíveis não só como sistemas fechados de significados, mas também como *práxis* social na qual os seres humanos lidam com a interpretação simbólica do mundo que os circunda (SCHÖTTLER 1989).

A aversão da *nova história cultural* ao conceito de sociedade parece originar, sobretudo, de tradições conceituais provenientes da antropologia cultural e do desconhecimento quanto à própria história dessa disciplina (cf. SOKOLL 1997). Por muito tempo, predominou na antropologia cultural uma compreensão (estrutural e funcionalista) particularmente rígida de *sociedade*, que fazia todas as diferentes sociedades parecerem a mesma. Restava, portanto, apenas o reino simbólico da *cultura* para assinalar os traços qualitativos e especiais de uma dada unidade observada. Além disso, na antropologia cultural e na etnologia, costumava-se dar preferência aos complexos sociais que conferem homogeneidade a uma sociedade e que equivalem ao termo *cultura*. Também nesse caso se tendia a concentrar o interesse quase que, naturalmente, nos aspectos qualitativos que conferem individualidade aos padrões menos complexos de organização social, os quais amiúde são bem parecidos. Entretanto, todos esses pressupostos deixam de funcionar quando se insiste em analisar as sociedades altamente diferenciadas e complexamente estruturadas da modernidade ocidental desprezando-se completamente a concepção

estrutural e funcionalista de sociedade. Portanto, as sociedades devem ser concebidas como sistemas sociais complexos, abertos, marcados por conflitos internos e parcialmente fraturados. E tal definição não pode ser equiparada ao conceito de *cultura*, pois este aponta para um sistema de significados relativamente fechado, no qual os elementos culturais estão distribuídos de maneira desigual e assimétrica, sendo possível, até mesmo, que várias culturas coexistam, seja lado a lado, seja em concorrência mútua ou dentro de relações de poder hegemônicas. As sociedades modernas devem ser analisadas em função dos seus princípios de organização, e esses princípios possuem, para a *práxis* social, um significado muito elevado, o que torna inviável ignorá-los ou reduzi-los apenas à sua dimensão simbólica.

vi. Há bons motivos para se ter a impressão de que a *história cultural* critica a história social por ter reduzido de maneira falsa e injusta a totalidade histórica. De quando em quando, a história cultural parece pretender estar em condições de abdicar da seleção e da preterição de setores da realidade. Parece poder mensurar o terreno histórico recorrendo à escala real. O argumento sobre a falsa redução da realidade operada pela história social ainda possui certa validade, o que deveria servir de impulso para a autorreflexão. Já há sinais de que, no futuro, os padrões explicativos da história social se tornarão mais complexos e mais diferenciados, de que expedições exemplares às profundezas das microdimensões ganharão importância, de que os atores históricos serão revalorizados, de que a tipificação substituirá a construção linear da teoria da modernização, de que a *descrição densa* e o beneficiamento narrativo de episódios exemplares ganharão força e de que uma teoria social historicamente saturada unificará todo um espectro de diferentes planos de generalização, o último dos quais se conectará imediatamente ao plano da experiência dos atores pretéritos. Contudo, o trabalho histórico permanece sendo necessariamente um ato de construção seletiva, orientado por problemas colocados pelos próprios historiadores. Isso justifica, sim, a preterição de esferas da realidade histórica, nos casos em que tais setores possuam comprovadamente pouca relevância para o padrão de explicação almejado. A *ciência histórica da sociedade* pretende, além de explicar, apresentar projetos de síntese que sejam socialmente pertinentes. Dará importância a um determinado contexto, na medida em que tal contexto contribuir para uma explicação que seja a mais válida possível. Longe dela, todavia, está a pretensão de capturar a totalidade histórica por si só. Aliás, tal pretensão também não pode ser implementada pela história cultural. Quando esta tenta realizá-la – por exemplo, através da concentração em uma aldeia ou em uma cultura exótica –, sempre surgem custos que são facilmente contabilizáveis, e que a história social quer e tem de evitar: o estreitamento temático em relações homogêneas, claras e de pequena escala, e a desconexão radical entre o microcosmo observado e os grandes contextos, aos quais aquele sempre se encontra ligado, pelo menos quando se trata das sociedades do mundo moderno.¹⁶

vii. Também é preciso reforçar o élan teórico da discussão sobre a *virada linguística*. Nada seria mais improdutivo do que um retorno à rejeição da problemática da recepção e a um reducionismo aberto (cf. JELAVICH 1993; WALSER SMITH 1996). O claro esmorecimento da associação entre a *metáfora do texto, agência e discurso* aponta para as desvantagens de tal estratégia conceitual. Tratar a *práxis social* como *texto* é pressupor que os sistemas de significados possuem um alto grau coerência e de unidade, o que está longe de acontecer em todos os casos. De modo arrogante, tal procedimento passa por cima das experiências dos atores e dos autores do passado, pois tende a absolutizar a perspectiva do investigador. Destarte, a história é *congelada* na forma de um sistema estático de símbolos. São ignoradas, assim, as hierarquias sociais, as diversas formas de participação no discurso e as zonas de silêncio e de exercício tácito de poder. É sabido que categorias como *relação social, práxis social e estrutura social* também possuem um caráter metafórico. Mas tais metáforas simulam teoricamente como os atores do passado interpretaram si próprios e o seu meio social. Além disso, elas podem diferenciar interpretações de outras formas de ação e tratam como fenômenos complexos e entrelaçados os atores e as estruturas sociais dentro das quais os sujeitos históricos agem. Essa capacidade de diferenciar e o grande potencial construtivista fundamentam a superioridade do aparato categórico de uma teoria social orientada *praxiologicamente* diante da retórica textual, a qual, em última análise, tanto na teoria quanto na prática, absolutiza a linguagem, deixando de dar atenção ao contexto social que a emoldura. A história social encontra-se, assim, muito mais próxima à experiência. Tal proximidade confere suporte à sua premissa epistemológica de que existe uma realidade histórica para além do símbolo – realidade essa que, mesmo não podendo ser acessada diretamente, pode ser reconstruída por meio de propostas interpretativas plausíveis.

A história social deve defender argumentativamente a premissa de que existe um *there out there*, isto é, uma *realidade histórica*. Trata-se, em outras palavras, do argumento de que, ao lado de qualidades ligadas à comunicação e à produção de regras, a linguagem possui uma função referencial. Se os atores pensam que algo é a sua *realidade* e agem em conformidade com essa ideia, então tal *realidade* existe. Assim, por que a ciência histórica, que pretende explicar tal ação e decodificar as suas estruturas de sentido, deve desenvolver um conceito de ação distinto daquele que os próprios agentes tinham? (cf. MERGEL 1996, p. 76; MERGEL; WELSKOPP 1997, pp. 27-28; SPIEGEL 1994). O que é imperativo aqui é uma nova e esclarecedora reflexão sobre o *status* da teoria na história social, uma delimitação precisa e atualizada da posição do

¹⁶ Os limites de toda *descrição densa*, na história social, situam-se no ponto a partir do qual descrições ainda mais minuciosas deixam de acrescentar força explicativa às interpretações dos grandes contextos que a análise tem em vista. Há vários exemplos de trabalhos em que a orientação da antropologia cultural acarretou uma negativa autossuficiência micro-histórica (cf. SABEAN 1990). Contudo, a possibilidade de combinar uma densa fenomenologia micro-histórica com uma análise de grandes contextos estruturais já foi demonstrada por BLACKBOURN 1994.

pesquisador em relação ao seu objeto, bem como uma definição sobre o que é exatamente aquilo que apresentamos como sendo interpretações plausíveis de uma *realidade* histórica que já passou e que não pode ser trazida de volta.

viii. Pois, naturalmente, por detrás da *virada linguística* e do desafio lançado pela história cultural, assim como por detrás de qualquer abordagem histórica, encontram-se remissões a valores (*Wertbezüge*), carências provenientes da realidade e intenções de uso político. Há um bom tempo, a *ciência social histórica* priva-se tal discussão e deve agora correr atrás do prejuízo. Quem discordará de que pode ser legítimo o interesse por identidades coletivas, pela a investigação da *memória* em vez da *história*, pelas histórias particulares dos sem nome e dos perdedores? Mas a legitimidade de tais abordagens não implica automaticamente na ilegitimidade dos objetivos das concorrentes, por exemplo, do diagnóstico social crítico inspirado pela tradição do iluminismo. É necessário redeterminar o posicionamento (inclusive, o político) da *ciência histórica da sociedade* (MERGEL 1996, p. 77; cf. KASCHUBA 1993). Caso isso seja atingido, então não será difícil recorrer, de forma natural, criativa e corajosa, a macroconceitos evolutivos de sociedade, os quais disponibilizam ao presente um saber relevante e capaz de servir como orientação. Não se deve temer que disso resulte um jogo de miçangas sócio-teórico, uma vez que tais conceitos têm de se mostrar eficazes para a interpretação de fenômenos históricos concretos. O interesse de uma *ciência histórica da sociedade* não pode residir no espelhamento da identidade histórica, na reconstrução caleidoscópica da diversidade histórica por si mesma ou no abrandamento epistemológico da sua pretensão científica universal. Antes de mais nada, permanece sendo do seu interesse explicar conjunturas sociais e processos de desenvolvimento que sejam relevantes para o presente, e ela deve defender de maneira enérgica esse ponto de vista programático. Nesse contexto, aliás, a atual segunda geração da história social vê-se diante de uma grande necessidade de demarcar claramente a sua posição, o que não era o caso da *geração dos pais fundadores* dessa abordagem.

A história social é uma empresa bem estabelecida, que possui um impressionante leque de produtos de qualidade. Dessa circunstância, decorrem as suas vantagens e as suas fraquezas. Ela pode limitar-se a fazer propaganda das suas forças, pode aceitar as suas fraquezas e simplesmente defender a sua participação no mercado através de um bom marketing indireto. Mas, assim, ela expõe desnecessariamente a geração dos historiadores sociais mais jovens ao problema de ter que rotular o seu próprio perfil em meio a duas frentes de batalha antagônicas. Seria claramente preferível investir recursos no desenvolvimento de novos produtos e aproveitar o potencial de ampliação que é corporificado pela nova geração. A isso se soma uma revisão, quiçá dura e desconfortável, da filosofia empresarial. Contudo, é apenas através de um discurso aberto e de um criativo trabalho de pesquisa e de desenvolvimento que a história social conseguirá preparar-se para o século XXI. Para tanto, serão muito mais oportunas as inovações que estabeleçam alguma continuidade com os desenvolvimentos anteriores do que aqueles grandes gestos de descoberta

que, muitas vezes apenas reinventam a roda, importando sem querer, de outras áreas, novos vícios de construção. Um desenvolvimento contínuo, bem planejado e intensivamente discutido é um pressuposto necessário para que a empresa *ciência histórica da sociedade* permaneça animada, competitiva e expansível.

Referências bibliográficas¹⁷

- BECK, U. et al. (org.). **Reflexive Modernisierung**: eine Kontroverse. Frankfurt, 1996.
- BLACKBOURN, D. Marpingen. **Apparitions of the Virgin Mary in nineteenth-century Germany**. New York, 1994.
- BOCK, G. "Geschichte, Frauengeschichte, Geschlechtergeschichte". **Geschichte und Gesellschaft**, 14, 1988, p. 364-391.
- BRÜGGEMEIER, F.-J. **Leben vor Ort: ruhrbergleute und Ruhrbergbau, 1889-1919**. München, 1983.
- BUDDE, G.-F. "Das Geschlecht der Geschichte". In: In: MERGEL, T.; WELSKOPP, T. (orgs.). **Geschichte zwischen Kultur und Gesellschaft**: Beiträge zur Theoriedebatte. München, 1997, pp. 125-150.
- _____. **Auf dem Weg ins Bürgerleben**: Kindheit und Erziehung in deutschen und englischen Bürgerfamilien, 1840-1914. Göttingen, 1994.
- CANNING, K. "Gender and the politics of class formation". **American Historical Review**, 97, 1992, pp. 736-768.
- COHEN, L. **Making a New Deal**: industrial workers in Chicago, 1919-1939. New York, 1990.
- DANIEL, U. "Quo vadis, Sozialgeschichte? Kleines Plädoyer für eine hermeneutische Wende". In: SCHULZE, W. (org.). **Sozialgeschichte, Alltagsgeschichte, Mikro-Historie**: eine Diskussion. Göttingen, 1994, pp. 54-64.
- _____. "'Kultur' und 'Gesellschaft'. Überlegungen zum Gegenstandsbereich der Sozialgeschichte". **Geschichte und Gesellschaft**, 19, 1993, pp. 69-99.
- FREVERT, U. "Frauengeschichte – Männergeschichte – Geschlechtergeschichte". In: BLATTMANN, L. et al. (org.). **Feministische Perspektiven in der Wissenschaft**. Zürich, 1993, pp. 23-40.
- _____. "Klasse und Geschlecht – ein deutscher Sonderweg?". In: BARROW, L. et al. (org.). **Nichts als Unterdrückung?** Geschlecht und Klasse in der englischen Sozialgeschichte. Münster, 1991, pp. 259-270.

¹⁷ NT. Uma vez que o texto original, em consonância com a tradição acadêmica alemã, não indica nas suas referências bibliográfias o nome das editoras, fica esse dado ausente da presente lista.

- _____. **Ehrenmänner:** das Duell in der bürgerlichen Gesellschaft. München, 1991-b.
- FRIESE, M.; PRINZ, M. (orgs.). **Politische Zäsuren und gesellschaftlicher Wandel im 20. Jahrhundert:** regionale und vergleichende Perspektiven, 1996.
- GIDDENS, A. **Jenseits von Links und Rechts:** die Zukunft radikaler Demokratie. Frankfurt, 1997.
- _____. **Konsequenzen der Moderne.** Frankfurt, 1995
- _____. **Die Konstitution der Gesellschaft.** Frankfurt, 1988.
- _____. **Interpretative Soziologie:** eine kritische Einführung. Frankfurt, 1984
- HARDTWIG, W.; WEHLER, H.-U. "Einleitung". In: Idem (orgs.). **Kulturgeschichte Heute.** Göttingen, 1996, pp. 7-13.
- HAUSSMANN, T. **Erklären und Verstehen:** zur Theorie und Pragmatik der Geschichtswissenschaft. Mit einer Fallstudie über die Geschichtsschreibung zum deutschen Kaiserreich 1871-1918. Frankfurt, 1991.
- HERGESELL, B. **Arbeiterkulturen im Betrieb:** interethnische Beziehungen zwischen Produktionsarbeitern. Frankfurt, 1994.
- HETTLING, M. et al. "Vorwort". In: Idem (org.). **Was ist Gesellschaftsgeschichte?** Positionen, Themen, Analysen. München, 1991, pp. 9-10.
- JELAVICH, P. "Poststrukturalismus und Sozialgeschichte – aus amerikanischer Perspektive". **Geschichte und Gesellschaft**, 14, 1993, pp. 259-289.
- JEISMANN, M. "Verpuppt". **Frankfurter Allgemeine Zeitung**, Nr. 272, 22/11/1995, p. N5.
- KAELBLE, H. "Vergleichende Sozialgeschichte des 19. und 20. Jahrhunderts: Forschungen europäischer Historiker". In: Idem. **Der historische Vergleich:** Eine Einführung zum 19. und 20. Jahrhundert. Frankfurt/M. 1999, pp. 91-130.
- KASCHUBA, W. "Kulturalismus: Kultur statt Gesellschaft?". **Geschichte und Gesellschaft**, 19, 1993, pp. 445-468.
- KOCKA, J. "Historische Komparatistik in Deutschland". In: HAUPT, H. G.; KOCKA, J. (orgs.). **Geschichte und Vergleich:** Ansätze und Ergebnisse international vergleichender Geschichtsschreibung. Frankfurt, 1996, pp. 47-60.
- _____. "Perspektiven für die Sozialgeschichte der neunziger Jahre". In: W. Schulze (org.). **Sozialgeschichte, Alltagsgeschichte, Mikro-Historie:** eine Diskussion. Göttingen, 1994, pp. 33-39.
- _____. "Sozialgeschichte zwischen Strukturgeschichte und Erfahrungsgeschichte". In: SCHIEDER, W.; SELLIN, V. (orgs.). **Sozialgeschichte in Deutschland:** Entwicklungen und Perspektiven im internationalen Zusammenhang. Bd. 1:

- Die Sozialgeschichte innerhalb der Geschichtswissenschaft. Göttingen, 1986, pp. 67-88.
- _____. **Sozialgeschichte**: Begriff – Entwicklung – Probleme. Göttingen, 1977.
- _____. "Theorien in der Sozial- und Gesellschaftsgeschichte. Vorschläge zur historischen Schichtungsanalyse". **Geschichte und Gesellschaft**, 1, 1975, pp. 9-42.
- KOSELLECK, R. "Zur Theorie und Methode historischer Zeitbestimmung". In: Idem. **Vergangene Zukunft**: zur Semantik geschichtlicher Zeiten. Frankfurt, 1984, pp. 107-207.
- KOTTHOFF, H.; REINDL, J. **Die soziale Welt kleiner Betriebe**: Wirtschaften, Arbeiten und Leben im mittelständischen Industriebetrieb. Göttingen, 1990.
- KÜHNE, T. **Dreiklassenwahlrecht und Wahlkultur in Preußen, 1867-1914**. Landtagswahlen zwischen korporativer Tradition und politischem Massenmarkt. Düsseldorf, 1994.
- KÜPPER, W.; ORTMANN, G. (orgs.). **Mikropolitik**: rationalität, Macht und Spiele in Organisationen. Opladen, 1992.
- LASH, S. "Reflexivität und ihre Doppelungen: Struktur, Ästhetik und Gemeinschaft". In: BECK, U. et al. (orgs.). **Reflexive Modernisierung**: eine Kontroverse. Frankfurt, 1996, pp. 195-286.
- LAUSCHKE, K.; WELSKOPP, T. "Einführung: Mikropolitik im Unternehmen: Chancen und Voraussetzungen beziehungsanalytischer Ansätze in der Industrie- und Arbeitergeschichte". In: Idem (orgs.). **Mikropolitik im Unternehmen**: Arbeitsbeziehungen und Machtstrukturen in industriellen Großbetrieben des 20. Jahrhunderts. Essen, 1994, pp. 7-15.
- MALLMANN, K. M. **Kommunisten in der Weimarer Republik**: Sozialgeschichte einer revolutionären Bewegung. Darmstadt, 1996.
- MATTHES, J. "The Operation called 'Vergleichen'". In: Idem (org.). **Zwischen den Kulturen?** Die Sozialwissenschaften vor dem Problem des Kulturvergleichs. Göttingen, 1992, pp. 75-99.
- MERGEL, T. "Geht es weiterhin voran? Die Modernisierungstheorie auf dem Weg zu einer Theorie der Moderne". MERGEL, T.; WELSKOPP, T. (orgs.). **Geschichte zwischen Kultur und Gesellschaft**: Beiträge zur Theoriedebatte. München, 1997, pp. 203-232.
- _____. "Kulturgeschichte – die neue 'große' Erzählung? Wissenssoziologische Bemerkungen zur Konzeptualisierung sozialer Wirklichkeit in der Geschichtswissenschaft". In: HARDTWIG, W.; WEHLER, H.-U. (orgs.). **Kulturgeschichte Heute**. Göttingen, 1996, pp. 41-77.
- _____. **Zwischen Klasse und Konfession**: katholisches Bürgertum im Rheinland, 1794-1914. Göttingen, 1994.

- MERGEL, T.; WELSKOPP, T. "Geschichtswissenschaft und Gesellschaftstheorie". In: Idem (orgs.). **Geschichte zwischen Kultur und Gesellschaft**: Beiträge zur Theoriedebatte. München, 1997, pp. 9-35.
- MINNSEN, H. **Die Rationalität von Rationalisierung**: Betrieblicher Wandel und die Industriesoziologie. Stuttgart, 1992.
- MONTGOMERY, D. **Citizen worker**: the experience of workers in the United States with democracy and the free market during the nineteenth century. Cambridge, 1993.
- MOOSER, J. "Wirtschafts- und Sozialgeschichte, Historische Sozialwissenschaft, Gesellschaftsgeschichte". In: DÜLMEN, R. van (org.). **Fischer Lexikon Geschichte**. Frankfurt, 1990, pp. 86-101.
- NOLTE, P. **Gemeindeliberalismus in Baden**: Tradition – Radikalismus – Republik. Göttingen, 1993.
- OSTERHAMMEL, J. "Transkulturell vergleichende Geschichtswissenschaft". HAUPT, H. G.; KOCKA, J. (orgs.). **Geschichte und Vergleich**: Ansätze und Ergebnisse international vergleichender Geschichtsschreibung. Frankfurt, 1996, pp. 271-311.
- PRECHT, R. D. "Kultur. Ein Plädoyer gegen die kulturelle Belanglosigkeit der Kulturwissenschaften". **Die Zeit**, 29, 12/07/1996, p. 29.
- ROBERTSON, P. L.; ALSTON, L. J. "Technological choice and the organization of work in capitalist firms". **Economic History Review**, 45, 1992, pp. 330-349.
- SABEAN, D. **Property, production and family in Neckerhausen, 1700-1870**. Cambridge, 1990.
- SARASIN, P. "Arbeit, Sprache – Alltag. Wozu noch <Alltagsgeschichte>?". **Werkstatt Geschichte**, 15, 1996, pp. 72-82.
- SCHÖTTLER, P. "Mentalitäten, Ideologien, Diskurse. Zur sozialgeschichtlichen Thematisierung der <dritten Ebene>". In: LÜDKE, A. (org.). **Alltagsgeschichte**: zur Rekonstruktion historischer Erfahrungen und Lebensweisen. Frankfurt, 1989, pp. 85-136.
- SCRANTON, P. "The workplace, technology and theory in American labor history". **International Labor and Working Class History**, 35, 1989, pp. 3-22.
- SIEDER, R. "Sozialgeschichte auf dem Weg zu einer historischen Kulturwissenschaft?". **Geschichte und Gesellschaft**, 20, 1994, pp. 445-468.
- _____. "Alltagsgeschichte. Zur Aneignung der Verhältnisse. Ein Gespräch mit Alf Lüdke". **Österreichische Zeitschrift für Geschichtswissenschaft**, 2, 1991, pp. 104-113, 112.

- SOKOLL, T. "Kulturanthropologie und Historische Sozialwissenschaften". In: MERGEL, T.; WELSKOPP, T. (orgs.). **Geschichte zwischen Kultur und Gesellschaft**: Beiträge zur Theoriedebatte. München, 1997, pp. 233-272.
- SPIEGEL, G. "Historizität und die soziale Logik von mittelalterlichen Texten". In: CONRAD, C.; KESSEL, M. (orgs.). **Geschichte schreiben in der Postmoderne**. Stuttgart, 1994, pp. 161-202.
- TACKE, C. "Nationale Symbole in Frankreich und Deutschland". In: HAUPT, H. G.; KOCKA, J. (orgs.). **Geschichte und Vergleich**: Ansätze und Ergebnisse international vergleichender Geschichtsschreibung. Frankfurt, 1996, pp. 131-154.
- _____. **Denkmal im sozialen Raum**: nationale Symbole in Deutschland und Frankreich im 19. Jahrhundert. Göttingen, 1995.
- VIERHAUS, R. "Die Rekonstruktion historischer Lebenswelten. Probleme moderner Kulturgeschichtsschreibung". In: LEHMANN, H. (org.). **Wege zu einer Kulturgeschichte**. Göttingen, 1995, pp. 5-28.
- WALSER Smith, H. "Geschichte zwischen den Fronten. Meisterwerke der neuesten Geschichtsschreibung und postmoderne Kritik". **Geschichte und Gesellschaft**, 22, 1996, pp. 592-608.
- WEHLER, H.-U. "Kommentar". In: MERGEL, T.; WELSKOPP, T. (orgs.). **Geschichte zwischen Kultur und Gesellschaft**: Beiträge zur Theoriedebatte. München, 1997, pp. 351-366.
- _____. "Von der Herrschaft zum Habitus". **Die Zeit**, 44, 25/10/1996.
- _____. **Deutsche Gesellschaftsgeschichte**, Bd. 3: Von der 'Deutschen Doppelrevolution' bis zum Beginn des Ersten Weltkrieges. München, 1995.
- _____. **Das Deutsche Kaiserreich 1871-1918**. Göttingen, 1980.
- _____. "Anwendung von Theorien in der Geschichtswissenschaft". In: KOCKA, J.; NIPPERDEY, T. (orgs.). **Theorie und Erzählung in der Geschichte** (= Theorie der Geschichte. Beiträge zur Historik, Bd. 3, München, 1979, pp. 17-39.
- _____. "Fragen an Fragwürdiges. Eine gedämpfte Replik auf Golo Manns, Plädoyer". In: KOCKA, J.; NIPPERDEY, T. (orgs.). **Theorie und Erzählung in der Geschichte** (= Theorie der Geschichte. Beiträge zur Historik, Bd. 3. München, 1979-b, pp. 57-60
- _____. **Modernisierungstheorie und Geschichte**. Göttingen, 1975.
- WEINHAUER, K. **Alltag und Arbeitskampf im Hamburger Hafen**: Sozialgeschichte der Hamburger Hafentarbeiter, 1914-1933. Paderborn, 1994.

- WELSKOPP, T. "Der Mensch und die Verhältnisse. 'Handel' und 'Struktur' bei Max Weber und Anthony Giddens". In: MERGEL, T.; WELSKOPP, T. (orgs.). **Geschichte zwischen Kultur und Gesellschaft: Beiträge zur Theoriedebatte**. München, 1997, pp. 39-70.
- _____. "Der Betrieb als soziales Handlungsfeld. Neuere Forschungsansätze in der Industrie- und Arbeitergeschichte". **Geschichte und Gesellschaft**, 22, 1996, pp. 118-142.
- _____. "Stolpersteine auf dem Königsweg. Methodenkritische Anmerkungen zum internationalen Vergleich in der Gesellschaftsgeschichte". In: **Archiv für Sozialgeschichte**, 35, 1995, pp. 339-367.
- _____. "Ein modernes Klassenkonzept für die vergleichende Geschichte industrialisierender und industrieller Gesellschaften. Kritische Skizzen und theoretische Überlegungen". In: LAUSCHKE, K.; WELSKOPP, Th. (orgs.). **Mikropolitik im Unternehmen: Arbeitsbeziehungen und Machtstrukturen in Großunternehmen des 20. Jahrhunderts**. Essen, 1994, pp. 48-106.
- _____. Arbeit und Macht im Hüttenwerk. **Arbeits- und industrielle Beziehungen in der deutschen und amerikanischen Eisen- und Stahlindustrie von den 1860er bis zu den 1930er Jahren**. Bonn, 1994-b.